



**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: [camaracarmodoparanaiba@hotmail.com](mailto:camaracarmodoparanaiba@hotmail.com) - Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

**PARECER JURÍDICO**

**PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº-018/2015.**

Consultante: Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG.

Assunto: Desafetação de bem imóvel. Mudança na destinação do bem. Imprescindibilidade da declaração de mudança na natureza do bem. Fins de alienação.

EMENTA: "ADMINISTRATIVO. Bem Imóvel Público. Imprescindível Desafetação. Alteração de destinação do bem imóvel que específica. Bem Público de uso comum para Dominical. Declaração pública necessária.

**1. DO RELATÓRIO:**

1.1. O r. projeto de Lei Ordinária 018/2015, possui o intuito de ver declarada a desafetação do r. imóvel de propriedade pública, para fins de alienação.

1.2. Cumpre mencionar, que Lei Ordinária de nº2068 e 2076 ambas de 2011 já vieram a autorização a alienação, contudo diante da promulgação da Lei ordinária nº2253/2014, constatamos que aqueles outros dois dispositivos não vieram a se efetivar.

1.3. Não fora apresentado nenhum outro documento junto ao r. projeto de Lei, a não ser a justificativa ao projeto.

1.4. Nos termos do relatório, passo a opinar.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: [camaracarmodoparanaiba@hotmail.com](mailto:camaracarmodoparanaiba@hotmail.com) - Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

**2. DOS FUNDAMENTOS:**

2.1. A iniciativa para tanto está prontamente atendida, uma vez que tanto no campo material (competência) quanto no formal (legitimidade), art. 11º, X e 15º da LOM, estão atendidos, nos termos narrados no r. projeto.

Art. 11. Ao Município compete prover tudo quanto diga respeito ao seu peculiar interesse e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

X - dispor sobre administração, utilização e alienação dos bens públicos;

Art. 15. Cabe ao Prefeito a administração dos bens municipais, respeitadas as competências da Câmara quanto àqueles utilizados em seus serviços.

2.2. A Autorização Legislativa, conscrita no art. 17º da LOM, é também indispensável para realização do ATO DE VENDA, independente do valor do bem público.

Art. 17. São inalienáveis os bens públicos edificados ou não edificados, sem prévia autorização legislativa.

§ 1º A alienação de bem imóvel público edificado depende de avaliação prévia, licitação e aprovação legislativa;

2.3. Os bens públicos são descritos no Código Civil nos art. 98 a 103, onde são mencionados a existência de bens públicos de uso comum e os de uso especial, aos quais são inalienáveis enquanto perdurar esta condição.

2.4. Traçando ainda no art. 101 do CC explicita que os bens públicos dominicais podem ser alienados.

2.5. Contudo, tal diferenciação merece ser firmada, uma vez que os bens públicos de uso comum são os que todos podem utilizar, tais como os rios, hospitais públicos, praças públicas, etc., já os bens de uso especial dependem de certas características para serem utilizados, tais como um avião da aeronáutica, uma viatura policial, etc..

2.6. Os bens chamados dominicais são os bens públicos que já não mais estão sendo utilizados ou que não é alvo de interesse público, podendo tais bens serem alienados, tais como uma viatura que ficou inservível, ou um imóvel sobre o

Guilherme da Silva Ordonez  
Consultor Legislativo - Advogado  
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG  
OAB-MG 100663





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: [camaracarmodoparanaiba@hotmail.com](mailto:camaracarmodoparanaiba@hotmail.com) - Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

qual já não mais existe interesse público, bastando autorização da autoridade competente e a desafetação do bem para tanto.

2.7. No presente caso, percebemos pela r. justificativa ora apresentada, que já foram firmadas duas Leis anteriores (nº2068 e nº2076) oportunidades em que não fora efetivamente firmada a alienação dos bens que especificam, contudo a Lei nº2253, também veio pedir autorização para que fosse autorizada a venda pelo valor de avaliação, o qual fora encontrado, razão pela qual é imprescindível Autorização Legislativa, com o intuito de alienar e desafetar o bem imóvel, para que este possa ser transferido ao comprador, uma vez que pelo que se constata, ainda não fora devidamente firmado.

2.8. A desafetação é a forma de demonstrar, que já não mais paira interesse público sobre o bem, podendo o mesmo ser alienado, uma vez que este passou de bem público para bem dominical.

2.9. Fernanda Marinela assim deixa bem claro:

A afetação e a desafetação são fatos administrativos dinâmicos que indicam a alteração das finalidades do bem público, considerando a classificação do art. 99 do Código Civil, justificando-se na destinação dos bens públicos. Também denominados pela doutrina de consagração ou desconsagração<sup>1</sup>.

2.10. E continua esta Doutrinadora:

A desafetação é um fato administrativo que retira o destino público, deixando o bem de servir a uma finalidade pública. Assim, caso o bem esteja sendo utilizado para atender a uma necessidade pública, por exemplo, usado como praça ou como escola pública, mas por alguma razão, deixe de atender a esse interesse, desvinculando-se de uma destinação pública, diz-se que esse bem foi desafetado. Deixa de ser de uso comum do povo ou de uso especial para se transformar em bem dominical, aquele que não tem finalidade pública.

Guilherme da Silva Ordones  
Consultor Legislativo - Advogado  
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG  
OAB-MG 100663

<sup>1</sup> MARINELA, Fernanda, DIREITO ADMINISTRATIVO, 7ª Ed., Ed. Impetus: Rio de Janeiro, 2013, p. 846.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: [camaracarmodoparanaiba@hotmail.com](mailto:camaracarmodoparanaiba@hotmail.com) - Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

2.11. Também manifestar com maestria, o Mestre dos Mestres, Celso Antônio Bandeira de Melo:

... a desafetação dos bens de uso comum, isto é, seu trespasse para o uso especial ou a sua conversão em bens meramente dominicais, depende de lei ou ato do Executivo praticado na conformidade com ela<sup>2</sup>.

2.12. Com extrema propriedade, José dos Santos Carvalho Filho assim leciona:

O tema da afetação e da desafetação diz respeito aos fins para os quais está sendo utilizado o bem público. Se um bem está sendo utilizado para determinado fim público, seja diretamente do Estado, seja pelo uso dos indivíduos em geral, diz-se que está afetado a determinado fim público. Por exemplo: uma praça, como bem de uso comum do povo, se estiver tendo sua natural utilização, será considerada um bem afetado ao fim público. O mesmo se dá com um ambulatório público: se no prédio estiver sendo atendida a população com o serviço de assistência médica e ambulatorial, estará ele também afetado a um fim público.

Ao contrário, o bem se diz desafetado quando não está sendo usado para qualquer fim público. Por exemplo: uma área pertencente ao Município na qual não haja qualquer serviço administrativo é um bem desafetado de fim público. Uma viatura policial alocada ao depósito público como inservível igualmente se caracteriza como bem desafetado, já que não utilizado para a atividade administrativa normal.<sup>3</sup>

2.13. Nessa definição, constatamos que não cabe apenas a autorização para a alienação, cabendo também a desafetação do bem imóvel, uma vez que só assim poder-se-á demonstrar cabalmente que já não mais paira interesse público sobre o elemento, passando este a ser inserido na classe dos bens dominicais, bem como que existe é um fato administrativo que demonstra que não há interesse do Município sobre o bem imóvel traçado.

Guilherme da Silva Ordones  
Consultor Legislativo - Advogado  
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG  
OAB-MG 100663

BANDEIRA DE MELO, Celso Antônio, CURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 26ª Ed., Ed. Malheiros: São Paulo, 2009, p.905.

<sup>3</sup> CARVALHO FILHO, José dos Santos, MANUAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, 27ª Ed., Ed. Atlas: São Paulo, 2014, p. 1167.





**CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA**

Rua Pref. Ismael Furtado nº-335 - Centro

E-mail: [camaracarmodoparanaiba@hotmail.com](mailto:camaracarmodoparanaiba@hotmail.com) - Site: [www.carmodoparanaiba.mg.leg.br](http://www.carmodoparanaiba.mg.leg.br)

Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

**3. CONCLUSÃO:**

3.1. Nesse sentido, temos que atende às Normas Constitucionais e as infraconstitucionais o r. projeto de Lei Ordinária, no qual se pretende a desafetação do bem imóvel de propriedade do Município, com o escopo de retirar quaisquer possibilidades de interesse público sobre o bem mencionado, colocando-nos a disposição para novo parecer, caso requisitado.

3.2. Neste diapasão, S.M.J., é o nosso parecer, que trazemos ao crivo de Vossa Excelência: Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG, e comissões para apreciação de mérito.

Carmo do Paranaíba/MG, 17 de Março de 2015.

Guilherme da Silva Ordones  
Consultor Legislativo - Advogado.  
Câmara Municipal de Carmo do Paranaíba/MG  
OAB/MG 100.663